

Educar Pra Valer? Como a Fundação Lemann e a Associação Bem Comum estão determinando a política educacional na Rede de Ensino de João Pessoa.

Juan Carlos da Silva – Universidade Federal de Pernambuco – juan.csilva@ufpe.br

RESUMO: Este trabalho apresenta os resultados iniciais de doutorado que busca analisar o Programa Educar Pra Valer (EPV) implementado em João Pessoa desde o ano de 2019. Para atingir os objetivos de pesquisa revisa-se a literatura educacional sobre o tema da filantropia, explora-se as estatísticas oficiais e conduz-se entrevistas semiestruturadas. A Associação Bem Comum (ABC) criada em 2018, com sede em Fortaleza, no Ceará, é a organização responsável pela implementação do EPV em João Pessoa. O EPV foi elaborado a partir da reforma educacional ocorrida no município de Sobral, no Ceará, executada há mais de 20 anos, e no Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), reforma realizada na rede estadual de ensino do Ceará. O EPV encontra-se atualmente (março de 2023) em curso em 48 municípios brasileiros. Na Paraíba o EPV está presente em 11 municípios. Segundo a ABC o EPV consiste na elaboração de uma política educacional que garanta a alfabetização na idade certa e a aprendizagem adequada dos conteúdos nas séries iniciais. O presente trabalho conclui que os objetivos e as metas do EPV tendem a adotar instrumentos que reduzem as alunas(os) à condição de “objetos” passivas(os) estimuladas(os) a se acomodarem a um processo de ensino-aprendizagem padronizado.

Palavras-chave: Programa Educar Pra Valer, Associação Bem Comum, Rede Municipal de João Pessoa.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Durante a vigência do EPV na rede municipal de João Pessoa a ABC objetiva atuar junto a cinco eixos principais: i) na gestão da rede, ii) na gestão pedagógica, iii) na formação, iv) no acompanhamento e v) na sustentabilidade.

Desse modo, este trabalho examina as ações do EPV problematizando seus objetivos e metas que podem ser apontadas como instrumentos que reduzem estudantes à condição de “objetos” passivos, estimulados a se acomodarem a um processo de ensino-aprendizagem padronizado, deixando marcas em sua constituição como sujeitos, na elaboração de suas subjetividades e de suas identidades.

O trabalho verifica como o EPV impõe uma cultura produtivista e de reconhecimento de mérito entre professoras, alunas(os), supervisoras e gestoras escolares, legitimando princípios gerenciais e privatistas no seio da escola pública. Além disso, analisa-se como as ações do EPV repercutem no processo de ensino-aprendizagem, de modo que as equipes

escolares durante todo o ano letivo, empreendam esforços para instruir as crianças a alcançarem a excelência.

Dessa forma, o trabalho se justifica por buscar responder a seguinte questão: por que a Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC-JP) de João Pessoa prioriza o EPV um programa advindo de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) em parceria com a Fundação Lemann para realizar ações de alfabetização, letramento e formação continuada das professoras polivalentes, gestoras e supervisoras? Tais ações não são de responsabilidade do próprio Poder Público Municipal e deveria ser preferencialmente realizado pelas professoras da rede municipal já que são elas que vivenciam a realidade das escolas?

Para alcançarmos os objetivos elencados no trabalho toma-se como referencial teórico a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) proposta por Saviani (1983; 2012) que se encontra alicerçada no materialismo histórico-dialético, corrente teórica que surgiu no Brasil na década de 1980, alinhando-se às demandas sociais brasileiras daquela década.

Para além da PHC propõe-se analisar o EPV dialogando com as teorias que examinam os temas da Política Educacional, do Planejamento e da Gestão da Educação Pública. Sobretudo, as teorias que analisam as dimensões políticas e sociológicas da educação pública. Revisa-se teses, dissertações e artigos cujos temas estejam associados as análises de programas educacionais implementados por associações privadas, as análises de políticas de alfabetização e análises de políticas de formação continuada das professoras nas séries iniciais.

Segundo notícia veiculada em 2022, ao completar seus 20 anos de existência a Fundação Lemann destinou em 2021 cerca de 300 milhões de reais para a área da educação (FOLHA DE SÃO PAULO, 2022). De acordo com a matéria grande parte deste valor foi direcionado a quatro associações parceiras da Fundação Lemann: i) a Associação Bem Comum (ABC); ii) o Instituto Gesto; iii) o Instituto Reúna e iv) a Associação Nova Escola.

A Fundação Lemann é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) de natureza jurídica do tipo Associação Privada, isto é, foi fundada sem patrimônio prévio, sendo que seus recursos são provenientes de doações de um grupo de pessoas que tem interesse em defender uma determinada causa social e que podem ao longo da sua existência alterar sua finalidade.

Portanto, juridicamente a Fundação Lemann não se configura como uma Fundação Privada. A Fundação Lemann como é conhecida no Brasil consta formalmente como Instituto

Lemann em seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Seu CNPJ encontra-se ativo desde 5 de dezembro de 2011 tendo como diretor Denis Fernando Mizne (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2023).

Não obstante, figura em seu site que a Fundação Lemann foi criada em 2002 (FUNDAÇÃO LEMANN, 2023). Segundo consta em ata de 2002, em sua constituição havia apenas quatro sócios: Jorge Paulo Lemann, Paulo Alberto Lemann (filho de Jorge Paulo Lemann), Susanna Mally Lemann (esposa de Jorge Paulo Lemann) e a *Lemann Foundation*, cuja sede fica na Suíça (CANABRAVA, 2022, p. 91). Portanto, desde sua constituição em 2002 até 2011 a *Lemann Foundation* era a principal responsável pelas ações da Fundação Lemann no Brasil (CANABRAVA, 2022, p. 91).

De acordo com seu site, na seção dúvidas frequentes, menciona-se que a Fundação Lemann é financeiramente mantida por meio de recursos advindos da própria família Lemann, de outras organizações filantropas e de investidores. Ressalta-se que as parcerias com órgãos governamentais são realizadas por meio de acordos de cooperação técnica em que não ocorre transferência de dinheiro público dos governos para a Fundação ou repasse da Fundação para qualquer órgão de governo.

Afirma-se que a Fundação Lemann não recebe nenhum tipo de isenção ou de dedução fiscal por conta dos projetos que apoia, salienta-se que seus investimentos não ocorrem apenas em centros de pesquisas e em universidades fora do Brasil, mas que a Fundação mantém no Brasil o Centro Lemann de Liderança para Equidade em Educação, em Sobral, no Ceará.

Além do Centro Lemann de Liderança para Equidade em Sobral a Fundação Lemann apoia no Brasil a Vetor Brasil, Ensina Brasil, Fundação Estudar, Instituto Four, Falcons University da Gerando Falcões, Instituto Singularidades, Albert Einstein, FGV, Faculdade de Direito da USP e INSPER, custeando bolsas destinadas a alunas(os) negras(os) de baixa renda egressos das escolas públicas.

A Fundação Lemann enfatiza que não financiou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas apoiou sua criação, pois, acredita que toda(o) aluna(o) tem o “direito de aprender” e que esse direito será garantido alinhando-se – currículos, materiais didáticos, formação de professores e avaliações - promovido pela Base e que os pais e a sociedade terão assim como cobrar as escolas e os governos que não garantam esse direito (FUNDAÇÃO LEMANN, 2023).

Percebe-se que a postura da Fundação Lemann em seu site é esclarecer ao máximo possíveis dúvidas sobre temas ligados ao financiamento da Fundação, sobre suas relações com os governos, sobre sua relação com a criação da BNCC, dentre tantos outros temas. Trata-se de uma postura de defesa frente as críticas e questionamentos levantados sobre sua atuação. Críticas sobre como a Fundação Lemann vêm determinando as políticas educacionais no Brasil tem sua origem sobretudo nas Universidades Públicas brasileiras – Peroni & Oliveira (2020); Brito & Marins (2020); Silva & Rodrigues (2020); Alves (2019); Sakata (2018); Oliveira (2018) e nas Universidades estrangeiras; Tarlau & Moeller (2020).

Tarlau & Moeller (2020, p.555) por exemplo levantam uma questão sobre a publicação da primeira versão da BNCC pelo Ministério da Educação (MEC) ocorrida em setembro de 2015 no Governo Temer. A aprovação da BNCC em 2015 não pode ser resumida somente ao peso do Todos pela Educação (TPE), ou ao Movimento Pela Base, ou somente a algumas instituições privadas. A aprovação da primeira versão da BNCC ocorreu devido à força política da Fundação Lemann em articular alianças e formar consensos sobre a necessidade da criação de uma base comum nacional (TARLAU; MOELLER, 2020, p. 555).

Entende-se que a filantropia das fundações e associações privadas não pode apenas se fundamentar no avanço do neoliberalismo, mas, efetivamente reflete uma disputa entre os grandes empresários para aumentar seu poder e influência em diferentes instâncias políticas, e assim, conformarem a educação pública a seu feito e concordância (TARLAU; MOELLER, 2020, p. 555).

As associações privadas sem fins lucrativos que apoiam as reformas educacionais - de cunho empresarial - nas escolas públicas se utilizam de redes difusas de influência, isto é, arquitetam alianças com políticos, grandes empresários, grupos rentistas, indústrias ligadas a área da educação, centros de pesquisas e a grande imprensa no intuito de produzir um consenso em torno de suas ideias de sociedade (FREITAS, 2018, p. 41).

Sobre a parceria da Fundação Lemann com a ABC não se sabe exatamente os valores repassados anualmente pela Fundação a ABC. Supondo que a distribuição dos 300 milhões de reais em 2021, noticiada pela Folha de São Paulo em 2022, entre as quatro instituições parceiras da Fundação Lemann tenha sido igualitária, a ABC pode ter recebido algo em torno de 75 milhões de reais para o exercício de 2021. O fluxo de recursos financeiros entre a Fundação Lemann e a ABC na execução e implementação do EPV em João Pessoa é desconhecido.

Concorda-se com Canabrava (2022, p. 13) que aponta a Fundação Lemann como uma instituição com um poder de influência que vai além da defesa de causas sociais, pois possui parcerias com centros de pesquisa em Universidades fora do Brasil (*Yale, Stanford, Harvard, MIT, Columbia University, University of California – Los Angeles*). A Fundação Lemann mantém organizações que atuam diretamente com o Governo Federal, com os Estados e com os municípios que atuam juntas na elaboração e implementação das políticas educacionais.

Assim, a parceria da ABC com a Fundação Lemann defende a tese que para o Brasil se desenvolver é preciso investir em educação pública de qualidade, alfabetizar todas as crianças na idade certa, promover a equidade e a sustentabilidade nos Anos Iniciais.

A ideia de melhorar a educação pública defendida pelas associações do Terceiro Setor em muito reflete a ótica empresarial. Equidade, qualidade e sustentabilidade são as palavras da moda. Palavras utilizadas na atualidade entre os reformadores empresariais da educação pública e amplificadas em meio aos gestores públicos, seja em nível Federal, estadual e/ou municipal.

Para a ABC e a Fundação Lemann, a equidade funciona como uma espécie de capacidade de ofertar “oportunidades iguais para todos” garantindo o “direito de aprender” nas escolas públicas, independente dos contextos escolar, social e econômico. Para os contextos extraescolares os reformadores empresariais da escola pública utilizam-se de indicadores de infraestrutura escolar e indicadores de Nível Socio Econômico (NSE).

Sobre o contexto social e político, no Brasil da década de 1980, passou-se da preocupação em promover uma escola democrática, de ampla participação política das massas populares; para outra preocupação, promover uma escola pública em que tudo vai bem porque tudo seria resolvido conforme um plano técnico-pedagógico, por meio de métodos e de alcance da qualidade (SAVIANI, 1999, p. 62).

Em defesa de uma hegemonia de classe, os grandes filantropos capitalistas reivindicam seu papel de liderança frente as reformas educacionais da escola pública. Dizem que as políticas públicas não podem ser feitas somente pelos agentes do Estado e que é preciso ampla participação dos setores da sociedade civil. Por isso defende-se que haja cada vez maior participação das OSC's na elaboração e execução das políticas públicas em educação.

As reformas empresariais da educação pública têm sido promovidas em bases neotecnistas que buscam motivar as escolas a funcionarem de modo mecânico, com um sentido único do que seja o papel da educação, eliminando as contradições internas das

escolas, reduzindo o espaço escolar aos interesses das classes dominantes de forma quase absoluta (SAVIANI, 2011, p. 36). Por isso, a competência técnica no interior das escolas é vista quase sempre como associada aos interesses das classes dominantes (SAVIANI, 2011, p. 36).

II - A ABC E AS REPERCUSSÕES DO EPV EM JOÃO PESSOA.

No Estado da Paraíba o EPV encontra-se em andamento em 11 municípios: Bayeux, Cabedelo, Cajazeiras, Conde, Mamanguape, Monteiro, Patos, Princesa Isabel, Queimadas, Sousas e João Pessoa. Recentemente, a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba firmou parceria com a ABC para implementar o programa nas escolas da rede estadual.

O termo de cooperação técnica para implementar o EPV em João Pessoa foi assinado em maio de 2019. Assinaram o acordo como representante da prefeitura de João Pessoa o ex-prefeito Luciano Cartaxo (PT, PSD, PV e atual PT) que geriu a cidade por dois mandatos consecutivos (2013-2020) e o ex-presidente da ABC a época Maurício Holanda Maia.

Maurício Holanda Maia foi secretário de educação da rede municipal de Sobral (2002-2004), atuou como Consultor Legislativo na Câmara Federal na área de Educação (2004-2022). Foi secretário adjunto da educação do Estado do Ceará (2007-2014). Foi secretário de educação do Estado do Ceará (2014-2016) e no atual “Governo Lula” tomou posse em janeiro de 2023 no Ministério da Educação e Cultura (MEC) como secretário da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE).

Outro nome que compõe a diretoria da ABC é José Clodoveu de Arruda Coelho Neto. José Clodoveu é casado com Izolda Cela (PT, PROS, PDT e atualmente sem partido) Secretária Executiva na atual gestão de Camilo Santana no MEC. Izolda foi secretária da educação do município de Sobral (2005-2006), secretária de educação do Estado do Ceará (2007-2014), vice-governadora do Ceará (2015-2022) e governadora do Ceará (2022-2023).

José Clodoveu atuou junto ao prefeito de Sobral Cid Ferreira Gomes (PMDB, PSDB, PPS, PROS e atual PDT) no período 1997 a 2004. A prefeitura de Sobral logo após a saída de Cid Gomes foi assumida por seu aliado Leônidas Cristino (PMDB, PSDB, PPS, PSB, PROS e atual PDT) no período 2005 a 2009. José Clodoveu de Arruda Coelho Neto (PT) assumiu em seguida a prefeitura de Sobral (2011-2016) período no qual a rede municipal de Sobral alcançou o 1º lugar no IDEB, edição de 2015, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do país (TAKANASHI, 2015).

Chama a atenção que as redes municipais de ensino da Paraíba que firmaram parceria com a ABC para implementar o EPV são em sua maioria redes pequenas. Importante ressaltar que o EPV é um programa de alfabetização e letramento focalizado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, isto é, atende somente as turmas de 1º a 5º ano.

A rede municipal de João Pessoa foge a essa regra de ser uma rede pequena. Para demonstrar a diferença quantitativa entre as redes elabora-se uma tabela com os 11 municípios da Paraíba que mantêm parceria com o EPV, o quantitativo de escolas de cada rede municipal, o número de matrículas de 1º a 5º ano e o número de matrículas em todos os segmentos (creche, anos iniciais, anos finais, EJA) de cada uma delas.

Como se pode constatar na tabela 1, os números de 10 redes municipais da Paraíba que implementam o EPV giram em torno de 3 a 4 mil matrículas de 1º a 5º ano e uma média de 200 professoras atuantes no segmento dos anos iniciais. Enquanto a rede municipal de João Pessoa apresenta cerca de 26 mil matrículas e 1100 professoras somente nos Anos Iniciais.

Tabela 1: Municípios da Paraíba que mantêm parceria com a ABC e adotam o programa Educar Pra Valer.

Município	Nº de escolas	Matrículas Anos Iniciais	Nº professoras Anos Iniciais	Matriculas Totais
João Pessoa	186	26347	1185	73079
Patos	48	4367	195	10984
Bayeux	36	3654	214	9536
Queimadas	28	3041	151	8828
Cabedelo	31	3370	156	8401
Cajazeiras	28	2576	100	7920
Conde	30	2526	101	6984
Mamanguape	24	2557	96	5953
Sousa	30	3020	137	5659
Monteiro	19	1990	69	4858
Princesa Isabel	15	996	31	2631

Fonte: QEDU, 2023. Censo Escolar 2022, Escolas da educação básica, matrículas anos iniciais, número de professoras do 1º ao 5º ano, matrículas totais de todos os segmentos municipal.

Como forma de analisar as repercussões do EPV na rede municipal de João Pessoa seleciona-se quatro escolas e realiza-se entrevistas semiestruturadas com professoras polivalentes, com gestoras e supervisoras pedagógicas. Fez-se um levantamento das escolas da rede municipal que realizaram pelo menos uma das nove edições do SAEB e verificou-se

que um total de 97 escolas de João Pessoa já participaram de pelo menos uma edição do SAEB.

Para participar do SAEB as escolas precisam ter pelo menos 10 alunos fazendo a avaliação nas séries avaliadas e mínimo 80% dos matriculados de toda a escola participando (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 2023). Averiguou-se que em toda a rede municipal de João Pessoa somente 12 escolas marcaram presença em todas as nove edições do SAEB. Destas 12 escolas seleciona-se quatro escolas: duas escolas que atingiram IDEB's mais altos e duas que atingiram IDEB's mais baixos nas nove edições do IDEB no período 2005 - 2021.

Por opção metodológica criou-se pseudônimos para as escolas, professoras, supervisoras e gestoras pedagógicas entrevistadas. Segundo Coutinho (2019, p. 65) essa pode ser uma alternativa para investigar pessoas que integram uma mesma instituição sem constrangê-las, pois, algumas delas ocupam distintas posições dentro dessa instituição, sendo que algumas em posições subordinadas. Ao longo deste trabalho utiliza-se o gênero feminino para se referir as profissionais da educação, porque segundo o MEC e INEP, a maioria dos profissionais em educação básica no Brasil é hoje composta por mulheres (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2023).

Até o momento (novembro de 2023) foram realizadas entrevistas semiestruturadas em três escolas, totalizando 10 entrevistadas. Além das entrevistas, participamos no início de 2023 da 11ª Jornada de Formação de Educadores Municipais (JOFEM), das formações continuadas promovidas pelas formadoras da ABC e de outras formações continuadas conduzidas pelo pessoal da Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa (SEDEC-JP).

Uma das quatro escolas, a Escola Arara, até o momento não atendeu a nossos pedidos de entrevistas via contato telefônico. Nas quatro escolas ouvimos falas se referindo que as professoras, gestoras e supervisoras encontram-se todas esgotadas por conta de excesso de trabalho. Quando fomos presencialmente a Escola Arara não conseguimos falar com a gestora pedagógica porque ela estava em reunião com o pessoal do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED), da Universidade Federal de Juiz de Fora, cuja pauta nos informaram era a aplicação da avaliação externa recém instituída em agosto de 2023, denominada Sistema de Avaliação da Educação Básica da Paraíba (SIABE), promovida pela secretaria de educação do Estado da Paraíba em parceria com o CAED.

Conduziu-se cada entrevista semiestruturada nas três escolas que teve a duração aproximada de 40 minutos, somando cerca de 400 minutos, totalizando quase 7 horas. As

perguntas foram divididas em três blocos: a) o primeiro bloco sobre a caracterização profissional; o segundo bloco sobre o processo pedagógico de alfabetização e letramento em português e matemática nos anos iniciais e; o terceiro bloco, sobre o EPV e as repercussões sobre o trabalho docente.

As entrevistas semiestruturadas têm sido utilizadas como forma de elaborar um quadro de realidade de cada escola a partir da teoria do discurso em que as identidades são relacionais e todo discurso é composto por um campo de discursividade que nunca se completa, pelo contrário, sempre transborda em sentidos (LACLAU & MOFFE, 2001, p. 113).

Elabora-se a seguir uma tabela elencando os dados do IDEB das quatro escolas da rede municipal de João Pessoa, contendo o número de matrículas de 1ª a 5º ano, o número total de matrículas e o número de professoras polivalentes.

Tabela 2: Quatro escolas da Rede Municipal de João Pessoa e a Rede Municipal: IDEB 2005-2021 (Anos Iniciais), número de matrículas de 1º a 5º (2022), número de professoras todos os segmentos (2022).

	Escola Pardal	Escola Arara	Escola Gavião	Escola Bem Te Vi	Rede Municipal JP
IDEB 2005	4,7	2,5	2,8	2,2	2,9
IDEB 2007	5,9	3,8	3,4	1,7	3,5
IDEB 2009	6	4	3,7	2,8	4
IDEB 2011	6,2	5,1	3,9	4,2	4,6
IDEB 2013	6,3	5,2	4	4,4	4,5
IDEB 2015	7,3	5	3,9	4,3	4,6
IDEB 2017	7,4	5,2	3,6	3,2	4,6
IDEB 2019	7,7	6,2	5	4,3	5,4
IDEB 2021	6,8	6	4,6	3,3	5
Matrículas 1º a 5º (2022)	277	220	203	128	26347
Matrículas Total	277	220	518	349	73079
Nº de prof 1º a 5º (2022)	12	16	37	23	1185

Fonte: QEDU, 2023. Censo Escolar 2022, IDEB por escola 2005 - 2021, IDEB 2005-2021 rede municipal de João Pessoa, matrículas nos anos iniciais, matrículas totais, número de professoras do 1º ao 5º ano.

Todas as quatro escolas municipais selecionadas localizam-se em bairros periféricos da cidade de João Pessoa. A Escola Pardal mantém suas atividades em dois turnos, manhã e tarde. Atende 277 crianças somente nas turmas de 1º a 5º ano. A Escola Arara atua como escola de tempo integral e atende 220 crianças somente de 1º a 5º ano nos turnos manhã e tarde. A Escola Gavião é a escola que tem o maior número de matriculados: 518 crianças. Atende a vários segmentos: 1º a 5º ano, creche, Educação de Jovens e Adultos (EJA), 6º ao 9º

ano, manhã, tarde e noite. A Escola Bem Te Vi atende a 349 matriculados em todos os segmentos, anos iniciais, anos finais, creche e EJA, manhã, tarde e noite.

Como se pode verificar na tabela 2, elenca-se 12 variáveis sobre as quatro escolas. No entanto, existe uma enorme profusão de dados estatísticos oficiais disponíveis sobre escolas da rede municipal de João Pessoa. Ao observar-se friamente as estatísticas oficiais elas nos ajudam a elaborar um primeiro quadro da realidade de cada uma dessas quatro escolas. Todavia, essa enorme quantidade de dados disponíveis sobre as escolas públicas pode se tornar um problema, porque há uma tendência de acreditar-se acriticamente em dados quantitativos, sobretudo, aqueles produzidos por métodos estatísticos.

Ewing (2011) chama essa tendência de “intimidação matemática” (EWING, 2011, p 667). Ewing alerta que o uso indiscriminado de indicadores construídos a partir das avaliações externas realizadas pelos alunos das escolas públicas estadunidenses devem ser utilizados com muita cautela, pois aqueles que trabalham com modelos estatísticos não conhecem a matemática a fundo e os indicadores podem induzir os usuários a um entendimento equivocado da realidade (EWING, 2011, p.668).

No Brasil Capocchi (2017) aponta estratégias desenvolvidas pelas escolas para “driblar” as estatísticas oficiais, tais como, o SAEB e o IDEB. Dentre as estratégias destacadas pelo autor tem-se escolas que transferem alunos com baixo rendimento; escolas que de alguma maneira impedem a participação no dia da avaliação externa das crianças com baixo rendimento; escolas que suspendem alunos com baixo rendimento próximo a data da avaliação; escolas que avaliam alunos de baixo rendimento de forma “alternativa”; escolas que reclassificam propositadamente alunos como alunos especiais e assim não figuram nas estatísticas oficiais (CAPOCCHI, 2017, p. 62).

A melhoria no IDEB das escolas pode refletir ganhos da aprendizagem nos descritores testados; pode refletir maior familiaridade dos alunos com as avaliações externas; pode refletir que a escola e as professoras estão dando maior ênfase na preparação dos alunos para os testes; pode refletir que a melhoria nos indicadores sejam resultantes de manipulação durante a aplicação dos testes (FREITAS, 2018, p.89).

Pode-se verificar ainda na tabela 2, que a Escola Pardal é a que apresenta o menor número de professoras dentre as quatro escolas, que houve uma melhoria constante do IDEB em todas as edições, a exceção da última edição de 2021, em que o indicador apresentou queda de quase um ponto. Os números são frios. Em entrevista com a gestora pedagógica

Dirce na Escola Pardal ela nos disse que a melhoria do IDEB é um trabalho a longo prazo e deveria ser feito para toda a rede.

Dirce julgou injusta a aplicação da edição de 2021 do SAEB logo após o fim da pandemia de Covid-19. Ela alegou que a avaliação SAEB vem igual para todos e que não deveria ser assim. A avaliação do SAEB não considera a situação de alunos da escola que tem muitas faltas ao longo do ano letivo de 2023, seja por motivos de doenças, seja porque são crianças pequenas e suscetíveis as viroses, seja porque faltam médicos nos postos de saúde públicos dos bairros da cidade de João Pessoa. Assim, a gestora nos questionou como esses alunos que faltaram muito ao longo do ano letivo vão realizar o SAEB ao final de 2023.

Em outra entrevista conduzida na Escola Pardal a professora Érica, quando perguntada sobre os exercícios dos Cadernos de Fluência Leitora proposta pelo EPV, nos disse que tem uma situação que a incomoda. Segundo a professora, desenvolve-se uma espécie de competição entre as crianças para que se leia cada vez mais rápido, já que de acordo com a orientação do programa, a leitura individualizada de cada criança deve ser cronometrada. A professora relata que gosta de vivenciar o texto, fazer pausas durante a leitura no sentido de dramatizar o texto, que algumas de suas alunas(os) já incorporaram o modo de leitura rápida e perguntam sobre o tempo após a realização da leitura de um determinado texto.

A professora Érica complementa dizendo que entende que no mundo de hoje as crianças precisam ler rápido, pois durante a realização de uma avaliação externa do tipo SAEB, uma avaliação que contém 44 questões, 22 de matemática e 22 de língua portuguesa e duas horas para sua realização. Por isso ela acredita que as crianças precisam ter agilidade na leitura. O EPV orienta as escolas a avaliar a Fluência Leitora das crianças em três aspectos: precisão, velocidade (o tempo de leitura deve ser cronometrado) e prosódia.

Em outra entrevista conduzida na Escola Gavião, a professora Noemia nos disse que o processo pedagógico proposto pelo EPV engessa as crianças, deixa de lado as outras disciplinas pensantes e primordiais para o ser humano, tais como, Ciências, História e Geografia. É como se dissessem não precisa, esqueça. Caiam em cima do material didático do EPV nas disciplinas de Português e Matemática. Todos devem seguir um caminho único, faça isso para no final do processo tirar tanto.

Noemia acredita que a preocupação da ABC em alfabetizar as crianças na idade certa contém uma boa intenção. Ela nos disse que de boa intenção o mundo está cheio, que o avião foi pensado para transportar pessoas, mas acabou sendo utilizado para as guerras. A professora acredita que não há uma preocupação com a aprendizagem e com a produção do

conhecimento das crianças. Ela não concorda com a finalidade do EPV que tem boa intenção, mas foca somente no resultado e na avaliação.

Quando perguntada sobre as formações do EPV a professora Noemia nos disse que se sente treinada. Querem que a gente atinja resultados, mas sem oferecer condições adequadas para a escola. Nesse sentido, dentre as quatro escolas visitadas por nós, três delas encontram-se em reformas de seus prédios. Mesmo assim, as aulas continuam “normalmente” em meio as salas lotadas, em meio ao barulho das serras e dos martelos, em meio a poeira, ao cimento, a madeira e aos ferros espalhados pelo espaço escolar.

Em entrevista realizada com a gestora Elizabete na Escola Bem Te Vi ela nos disse que acredita ser importante a ideia de equidade educacional apregoada pela ABC, que acredita ser importante a escola ofertar o mesmo conteúdo para todas as alunas(os), alinhar a aprendizagem. Porém, no cotidiano escolar acontecem situações extraescolares que impedem a aprendizagem das crianças.

Elizabete nos contou de casos de extrema violência urbana ocorridos nos bairros próximos a Escola Bem Te Vi, eventos que assustam as crianças, os pais, as mães e os responsáveis, que deixam de levar suas filhas(os) a escola aumentando o número de faltas. Para os reformadores empresariais da educação pública o que importa mesmo ao final das contas são os números frios. Minimizam a todo custo os contextos sociais e econômicos extraescolares a as péssimas condições estruturais de algumas escolas que permanecem inalteradas, mas que interferem na dinâmica escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contrariamente ao que dizem os reformadores empresariais que é preciso maior participação de setores da sociedade civil na elaboração das políticas sociais, salta aos olhos a política pública sendo elaborada sob a lente de um único setor da sociedade, configurando uma captura privada sobre a formulação e execução da política pública educacional.

Uma hipótese levantada é que a ABC busca implementar o EPV em redes menores pois fica mais fácil controlar e monitorar a gestão escolar, elaborar e aplicar as avaliações externas do programa, proporcionar formação continuada as professoras, gestoras e supervisoras pedagógicas. Os critérios utilizados pela ABC para estabelecer as parcerias com as prefeituras e as redes municipais não são divulgados. Não se sabe exatamente os antecedentes políticos de como o EPV chegou à rede municipal de João Pessoa.

Cobra-se tanto do Estado (União, Estados e municípios) que suas ações sejam transparentes o que configura um pedido legítimo numa democracia. No entanto questiona-se: como o EPV chegou à rede municipal de João Pessoa? Quais os antecedentes políticos para a assinatura de um acordo de cooperação técnica entre a ABC e a SEDEC-JP? Quais instâncias populares foram consultadas para adoção do EPV? Por que o EPV na gestão do ex-prefeito Luciano Cartaxo se chamava Geração Alfabetizada? Quais eram as diretrizes do Geração Alfabetizada? Por que na gestão de Cícero Lucena o EPV continua com o nome de Letrar+JP? Quais são as diretrizes do Letrar+JP? Quais foram as instâncias populares que decidiram sobre o Letrar+JP?

Assim, se faz necessária uma cobrança de maior transparência das ações das OSC's, tais como, a Fundação Lemann e a ABC. A sustentabilidade defendida pela ABC traduz-se em aprovação de políticas municipais que possibilitem a continuidade das “boas práticas” e premiem por meio de “bônus por mérito” os servidores públicos e as escolas que alcancem metas e resultados. A qualidade pretendida para a gestão pública é aquela semelhante a gestão das empresas privadas. Promove-se um engessamento da finalidade da educação pública e uma redução de seus currículos.

Desse modo, na ótica da Fundação Lemann e da ABC é necessário que as redes municipais e escolas reorganizem seus processos internos, controlem e monitorem rigorosamente a forma e o conteúdo do trabalho pedagógico a ser feito. Trata-se da instalação da chamada educação neotecnista. Metas e descritores de aprendizagem objetivos são cobrados em avaliações externas de larga escala, sejam nas avaliações do EPV, nas avaliações do SAEB ou na avaliação SIAVE. Apregoa-se uma ampla divulgação dos resultados nessas avaliações de larga escala nas redes municipais. Os resultados são expostos no saguão de entrada das escolas e os resultados quase sempre vêm associados a premiações ou a responsabilizações (punições).

A reorganização da escola pública começa pelos currículos que devem estar encadeados com os novos processos de avaliação de larga escala e de gestão, com vistas a alcançar os resultados e as metas prefixadas. Contudo, a interpretação dos resultados dos indicadores educacionais não pode ser feita de forma simples e direta. A melhoria nos indicadores do SAEB e do IDEB verificada nas quatro escolas da rede municipal de João Pessoa pode ter ocorrido em razão de múltiplos fatores. É complexo afirmar que a melhoria nos indicadores e nas avaliações de larga escalas se deva diretamente a chegada do EPV nas escolas da rede municipal de João Pessoa

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Danillo Marchesano Ramos. Da economia política à educação: análise do projeto da Fundação Lemann. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2019.
- ASSOCIAÇÃO BEM COMUM. Programa Educar Pra Valer. Disponível em: <<https://abemcomum.org/programa-educar-para-valer/>> Acesso em: 8 nov. 2023
- BRITO, Sílvia Helena Andrade; MARINS, Guilherme Afonso Monteiro de. Fundação Lemann e o Programa de Inovação Educação Conectada: em pauta as relações entre público e privado no campo das políticas educacionais. *Educar Em Revista*, n. 36. Curitiba, 2020.
- CANABRAVA, Bruna Werneck. O projeto Lemann e a educação brasileira. Caminhos: Rio de Janeiro, 2022.
- COUTINHO, Ângela Scalabrin. Consentimento e assentimento. p. 62-66. IN: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Ética e pesquisa em Educação: subsídios. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_isbn_final.pdf> Acesso em 4 de jul. de 2023.
- EWING, John. *Mathematical Intimidation: Driven by the Data*. IN: American Mathematics Society. Rhode Island: 2011, p.667-673. Disponível: <<https://www.ams.org/notices/201105/rtx110500667p.pdf>> . Acesso em 06 de novembro de 2023.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Fundação Lemann registra R\$ 300 milhões de investimento em ações de educação no ano. Painel S.A., São Paulo, 02 jan. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2022/01/fundacao-lemann-registra-r-300-milhoes-de-investimento-em-acoes-de-educacao-no-ano.shtml>> Acesso em: 8 nov.2023.
- FUNDAÇÃO LEMANN. Disponível em: <<https://fundacaolemann.org.br/contato/>> Acesso em: 8 nov. 2023.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA]. Mapa das OSC's - Organizações da Sociedade Civil. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/mapa>> Acesso em: 8 nov. 2023.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS [INEP]. Diretrizes da edição. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>> Acesso em: 13 nov. 2023.
- LACLAU, Ernesto; MOFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy. Towards a Radical Democratic politics*. Verso: London, New York, 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO [MEC]. Mulheres são maioria na docência e gestão da educação básica. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica>> . Acesso em 06 de nov. 2023.
- OLIVEIRA, Monica Martins de. Regulação e trabalho docente na rede municipal de ensino de Campina Grande – PB: análise do programa Gestão para a Aprendizagem da Fundação Lemann. Dissertação. Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.
- PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Cristina Maria Bezerra de. O curso Gestão para Aprendizagem da Fundação Lemann como processo de institucionalização do gerencialismo nas escolas de educação básica alagoanas: implicações para a democratização da educação. *Educar Em Revista*, n.36. Curitiba, 2020.
- QEDU. Censo Escolar 2022, escolas de educação básica, municipal. Disponível em:< <http://cdn.novo.qedu.org.br/>> Acesso em: 06 nov. 2023.
- SAKATA, Kelly Letícia da Silva. Programa Gestão para Aprendizagem: a atuação da Fundação Lemann nas políticas de formação em redes municipais de educação. Dissertação, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati – PR, 2018.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. Autores Associados: Campinas, 1999.
- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Autores associados: Campinas, 2011.
- SILVA, Luciana Leandro da; RODRIGUES, Alan Nascimento. A atuação da Fundação Lemann na educação pública municipal de Campina Grande e seus efeitos sobre o currículo e o trabalho docente. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, Salvador, 2020.
- TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. *Currículo sem Fronteiras*, Pelotas, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020.
- TAKANASHI, Fábio. Semiárido cearense tem escolas públicas com nível de países ricos. *Folha de São Paulo*. 12 nov. 2015. Seção Mercado. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1704915-semiarido-cearense-tem-escolas-publicas-com-nivel-de-paises-ricos.shtml>>. Acesso em: 06 nov. 2023